

MINISTRO DOS ASSUNTOS SOCIAIS:

OS PORTUGUESES

PODEM TER

UMA CONVIVÊNCIA MAIS VERDADEIRA

Por iniciativa da dr.^a De Backer, ministro da Cultura da Bélgica, realizou-se em Bruxelas uma reunião na qual participaram todas as mulheres que exercem funções governativas nos países europeus.

Sobre os objectivos das sessões de trabalho e da contribuição da mulher para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, com particular incidência nos aspectos sociais e culturais "Povo Livre" registou oportunas declarações da eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo, realizadas no decorrer de um informal encontro com alguns representantes de órgãos da Informação. O ministro dos Assuntos Sociais começou por fazer um resumo do andamento e conclusões da reunião.

"O tema proposto foi um pretexto para a nossa reunião e versava o am-

biente, no seu sentido amplo, social e cultural em que os povos se desenvolvem actualmente na Europa. Daí que as conclusões conseguidas não tenham um carácter de imediata execução mas sim de orientação, visando vários aspectos da vida em sociedade pondo sobretudo o problema social da qualidade de vida. Foi-me muito agradável verificar que apesar da variada formação das participantes, se

Continua pág. 9



Fundação Cuidar o Futuro

CRIAR UM SISTEMA ONDE O HOMEM NÃO SEJA DOMINADO PELA TECNOLOGIA



Continuação pág. 1
conseguiu uma plataforma imediata que não foi de compromisso mas tomada espontaneamente pelas mulheres presentes.

Tornou-se pois a todas por demais evidente que o problema mais importante a que temos de fazer face nos nossos Governos é um problema de qualidade de vida, de mudança de civilização. Fala-se muito em crise económica mas não é apenas isso que está em jogo, é também, a dos modelos de vida. E este ponto foi bastante acentuado. Embora a situação portuguesa seja especial devido ao nosso atraso em relação a outros países da Europa,

considero uma vitória da mulher em termos de sensibilidade a um problema real. Houve um prévio e amplo debate em França com tomadas de posição muito variadas. Ora, é real que um número enormíssimo de mulheres realizam o aborto numa imensa solidão, visto que é um acto que ao fim e ao cabo lhes cabe decidir, sozinhas, e em condições que do ponto de vista médico são catastróficas para o seu futuro. Daí que uma mulher, que viveu em condições muito difíceis como Simone Vaille, tenha sido criticada na Assembleia dizendo-lhe que estava a começar na eutanásia

países vamos dar seguimento aquilo que discutimos? é de uma maneira informal. Realmente não foram decisões

tempo de trabalho, em termos de organização de vida de família que não sejam os egoístas de dois ou três ou quatro, mas que seja

novos textos, pelos novas máquinas, e tende a adquirir tudo aquilo que essa nova tecnologia vai pondo no mercado. Ora uma consciencialização da mulher para todos esses problemas, seria um passo muito grande em todas as sociedades, no sentido de se definir claramente aquilo que afinal contribui para o progresso de todos os homens e aquilo que não é senão uma fuga da angústia que eles sentem.

1. Revisão das convenções internacionais relativas à condição feminina (na agenda do OIT de 75 e da Assembleia Geral da ONU de 75) e ratificação das que são susceptíveis de estruturar o direito interno português;

2. Elaboração de uma lei sobre a condição feminina que nos pontos nevrálgicos da sua inserção social (capacidade jurídica, igualdade de oportunidades de educação, formação profissional e participação política, organização do tempo de trabalho, eliminação das diferenciações salariais entre homens e mulheres) pratique um "direito preferencial", só possível em momento revolucionário;

3. Início de pesquisa-acção visando sobretudo as mulheres das classes trabalhadoras e actuando pontualmente onde a acção for urgente;

4. Estudo conjunto com o Ministério da Educação e Cultura sobre a possibilidade de introdução nas Universidades de programas curriculares e de investigação relativos à condição feminina.

É claro que no caso da mulher portuguesa temos ainda muito a fazer em muitos aspectos. Não considero, que, em geral, nas experiências internacionais, a mulher portuguesa esteja em situação muito diferente, estamos sim numa situação socio-económica muito distante da dos outros países, que se reflete também na situação da mulher. Creio que cabe às mulheres portuguesas um papel muito importante na determinação desta nova sociedade.

E vamos fazê-la seguindo os modelos que nos são impostos ou ditados pelos homens? Não. Temos uma igualdade de direitos; pelo menos ao nível do voto, mas ainda mais do que isso. Temos uma possibilidade de dizer como inventar a nova sociedade. E talvez da mesma maneira que o homem quando é original tem uma maneira própria



de ver a sociedade e de ver onde estão os erros, também a mulher terá uma maneira própria de a analisar. E julgo que será nesse encontro, de formas diversas, que poderemos ou não dizer; as mulheres estão de facto a contribuir para esse projecto de sociedade nova.

Para terminar, transcrevemos do programa de acção do Ministério dos Assuntos Sociais, as "medidas de execução" propostas no ponto — condição feminina:



CABE ÀS MULHERES PORTUGUESAS UM PAPEL MUITO IMPORTANTE NA SOCIEDADE

talvez isto se possa tornar numa vantagem permitindo-nos não percorrer todas as etapas por que os outros passaram.

Foi notado por todas que a única constante que atravessa transversalmente todos os Governos é o da técnica e que a solução será conseguir um sistema onde o Homem não seja dominado pela Tecnologia. Daí que a nossa principal conclusão tenha sido sobretudo a de chamar a atenção para o problema de que o Homem e os seus problemas sociais, culturais e ambientais se situam hoje não no quadro de uma política sectorial compartimentada, mas de uma política global. E enquanto os Governos não fizerem essa política global estaremos sempre a pôr remendos e portanto a não atacar o fundo da questão. O segundo assunto que se apresentou foi muito importante nas conclusões, ainda neste contexto tão variado, foi de que qualquer destes pontos não aparece como um problema nacional ligado a uma determinada situação, a um regime, mas só pode ser tratado em termos internacionais. No âmbito desta reunião, foi logicamente tratado em termos europeus.

Comentando depois a recente legalização do aborto em França e respondendo assim a uma pergunta posta, disse a eng.^a Lurdes Pintassilgo — "Infelizmente a defensora dessa tese, Simone Vaille, não pode estar na nossa reunião, embora tenha mantido contacto telefónico conosco por várias vezes. Em relação ao aborto,

em novos moldes na nossa época. Acho que a sua intenção foi antes a de preservar a vida humana e de lhe dar melhores condições de realização. Se me perguntarem se é uma vitória das mulheres direi que é até certo ponto, na medida em que foi seguramente a persistência e a calma, a capacidade de resposta de Simone Vaille aos parlamentares, que conseguiu a aprovação da lei e neste momento ela tem um lugar importante entre as mulheres governantes na Europa.

SINTO-ME PRIVILEGIADA POR FAZER PARTE DE UM GOVERNO NASCIDO APÓS A REVOLUÇÃO

Referindo-se a seguir mais em pormenor às conclusões da reunião e, principalmente quanto aos métodos a aplicar para atingir os fins em vista, disse o ministro dos Assuntos Sociais —

"Evidentemente que partilhámos das preocupações com os membros masculinos dos respectivos governos e no caso português sinto-me uma privilegiada fazendo parte de um Governo Provisório nascido após uma revolução, naturalmente um governo que está todo ele à procura de um projecto duma nova sociedade. De que modo nos vários

categóricas e que comprometam os nossos governos, mas será através do contacto com os nossos colegas e do caso português esse contacto é extremamente fácil, possível e posso dizer até que as preocupações são idênticas, no sentido de vermos as incoerências da sociedade em que vivemos. Um aspecto muito concreto que foi focado especialmente pelos países nórdicos e também um pouco pela Bulgária: as pessoas ao desligarem-se da Natureza, ao passarem a viver nas grandes cidades-dormitórios, atingem um elevado nível de neurose ligado a essa condição de habitat, e os que podem,

financeiramente, tentam fugir a essa situação criando a segunda residência. Esta significa, em parte, um retorno às raízes mas isso não é afinal acessível a todos entrando assim num aspecto de discriminação social provocado pelo domínio da tecnologia sobre o homem. Haverá pois uma meditação a fazer em todos os países sobre a procura a novos moldes ambientais. Eu falei sobretudo nesta reunião em termos dos valores de convivência. Pois se nós portugueses não quisermos imitar outros modelos e formos capazes de em termos de organização do

uma abertura para famílias mais amplas, em termos também de preocupação de todas as formas de tempo livre e de convivência entre as pessoas, creio que conseguiremos obter uma nova maneira de viver, mais verdadeira conosco próprios, mas que possa também ser um contributo dentro da cena europeia. E nesse sentido os problemas não se dividem entre países desenvolvidos e sub-desenvolvidos, sendo afinal os mesmos embora possam atingir camadas diferentes".

Foi depois focado o papel que caberá à mulher portuguesa nessa sociedade nova, mais colectiva e de maior entrosamento humano, dizendo a entrevistada:

"Embora seja um tema quase inesgotável posso dizer que, durante a reunião, chegou ao nosso contacto um pequeno folheto dum filme que passa actualmente em Paris sobre o Movimento de Libertação em Omã. E nele se pode ler a determinada altura — Não há libertação numa sociedade sem a libertação da mulher, não há libertação da mulher sem libertação da sociedade. E mais, — na declaração de princípios da Frente de Libertação do Golfo Pérsico diz-se — se queremos nomear um ser humano sobre o qual se acumulam todas as formas de opressão e exploração em qualquer sociedade que seja, chamaremos a esse ser humano mulher.

Portanto penso que o papel da mulher não é tanto uma escolha de sectores específicos onde ela possa intervir, mas que possa afinal descobrir que, muitas vezes, sem se aperceber disso, está a ser dominada por todas as formas de tecnologia, pelos

PASSAM POR TODO O PAÍS OS CAMINHOS DO P. P. D.

REBELVA (CARCAVELOS)

O nosso partido dispõe-se a continuar a participação na construção do Portugal democrático, certo de que a liberdade é a Democracia só se aprendem e só se consolidam pela prática, por maiores que sejam as dificuldades.

A existência de diversas correntes políticas com tolerância e respeito de umas pelas outras é condição prévia e fundamental de instauração da democracia política.

O nosso objectivo fundamental é a construção de uma sociedade socialista em liberdade onde os conceitos de base — a igualdade de oportunidades, a liberdade e a solidariedade, — se sobreponham a sistemas assentes no lucro e na subalternização da justiça social à produção.

Para a concretização deste projecto o nosso partido propõe um caminho democrático assente em frequentes consultas à população — estas foram as primeiras palavras proferidas pelo nosso militante Pedro Roseta, na sessão de esclarecimento que o Partido Popular Democrático promoveu em Rebelva.

Como medidas conducentes à democratização económica o orador referiu a reestruturação da economia, pela absorção do desemprego através do lançamento de programas públicos por parte do Estado — "A verba empregue em investimentos produtivos e obras públicas poderá ser recolhida nomeadamente através de uma política fiscal a desenvolver, de empréstimos públicos, ou até do recurso ao crédito externo".

Há também — prosseguiu — que promover urgentemente a uma política de bem estar que coloque o aparelho de Estado ao serviço da colectividade.

Mais adiante afirmou: Entendemos que uma via neocapitalista ou neoliberal não resolverá e até agravará as enormes contradições e desigualdades da sociedade portuguesa.

A via para pôr cobro a estas profundas contradições deverá assentar na intervenção do Estado através da conquista do poder político pelos representantes efectivos da vontade popular.

Só deste modo — concluiu — será possível concretizar o projecto social-democrata que propomos cujo objectivo principal consiste na introdução de reformas sucessivas e irreversíveis nas estruturas económica e sociais que possibilitem a construção da sociedade nova que todos desejamos.

Referindo-se depois mais concretamente à democratização a nível político, Pedro Roseta declarou: O PPD, entendendo que nenhum partido ou grupo se pode

eternizar no poder, considera essencial para a democracia a alternância de partidos no Governo.

Também o poder deverá ser limitado e fiscalizado por meio de tribunais independentes, de uma opinião pública actuante e especialmente de uma Oposição presente no Parlamento com estatutos próprios.

A visão social-democrata que temos da vida económica-social — prosseguiu — requer ainda a satisfação das necessidades individuais e colectivas, com absoluta prioridade às condições de base de população. O efectivo direito à habitação, à educação, à segurança social na velhice na invalidez e nos acidentes, à saúde, preventiva e curativa, são alguns dos direitos fundamentais a que a generalidade da população deverá ter acesso.

Advogamos ainda o predomínio do interesse público sobre o os interesses privados assegurando o controle da vida económica pelo poder e pelos meios técnicos adequados às circunstâncias, incluindo a propriedade social dos sectores chaves da economia e das empresas de carácter monopolista.

No final, o orador referiu-se ainda à necessidade de adopção de medidas de justiça social, salientando como fundamentais a criação de um salário mínimo nacional, e a frequente actualização deste e das pensões de reforma e sobrevivência, de acordo com as alterações sofridas pelos índices de custo de vida, a reformulação do sistema de previdência e segurança social e a criação de um sistema de imposto que incida sobre a fortuna pessoal preferentemente ao rendimento de trabalho, com vista à correcção de desigualdades.

Alfredo Morgado usou em seguida da palavra. Ocupando-se em analisar circunstanciadamente a situação da empresa bem como a possível reforma dos seus estatutos o orador começou por afirmar:

"A estrutura da empresa capitalista tal como existe entre nós, constitui uma séria ameaça à dignidade do trabalhador enquanto pessoa humana. Ela é, do ponto de vista legal propriedade exclusiva dos que detêm o capital e os meios de produção. O trabalhador é um simples utensílio, usado pelos capitalistas com o objectivo de lucro máximo".

E mais adiante: O trabalhador português terá de libertar-se e ser libertado da condição de objecto em que tem vivido, para assumir a sua posição própria de sujeito autónomo e responsável por todo o processo social cultural e económico.

Em relação à transformação do estatuto da empresa e à sua orgânica interna declarou: As reformas que pretendemos introduzir na empresa, como primeira célula da economia, passam pela fase da co-gestão. Tal via transformará a empresa de direito patrimonial tradicional em empresa de direito personalista que é precisamente a que preconizamos, e na qual existe para todos os trabalhadores o direito à co-direcção e à co-participação.

A co-gestão que propomos, não se reduz a uma simples participação nos lucros — sublinhou, acrescentando: o que defendemos realmente é uma participação efectiva a todos os níveis dentro da empresa, de forma a que os meios de produção que hoje são propriedade daqueles que detêm o capital passem por etapas bem conduzidas e sucessivas para a força do trabalho.

Noutro passo da sua intervenção Alfredo Morgado acentou: O objectivo do PPD visa a eliminação das estruturas capitalistas. De facto, o nosso Partido assume o compromisso de contribuir para a libertação e promoção dos trabalhadores, lutando contra todas as formas de alienação, exploração ou opressão.

Para isso — concluiu — é necessário elevar o nível dos salários de modo a aumentar o poder de compra da classe trabalhadora permitindo-lhe obter uma vida digna; criar um sistema de segurança na empresa em cuja gestão os trabalhadores participem por direito próprio. Também os sectores relativos ao pessoal deverão ser directamente geridos pelos próprios interessados, e quais intervenções nomeadamente na admissão e promoção do pessoal evitando os despedimentos sem justa causa.

Há que tornar — sublinhou mais uma vez a terminar — a empresa numa comunidade de trabalho onde reine a solidariedade interna e exista uma verdadeira segurança e estabilidade de emprego.



O P. P. D. NA PAREDE

Em cima, a mesa que orientou a sessão, vendo-se na gravura Pedro Roseta. Em baixo, as pessoas seguem com interesse a nossa sessão de esclarecimento.



GRÂNDOLA

A Grândola, "Vila Morena", também chegou a mensagem doutrinar e política do P.P.D. através do comício que aí se efectuou com o objectivo de esclarecimento das populações locais.

O primeiro orador, Santos Oliveira, ocupou-se dos problemas relacionados com a Agricultura. Como tarefa prioritária dentro da reforma agrária que o nosso Partido propõe, há que expropriar os grandes latifúndios e que proceder a uma redistribuição equitativa da terra, de modo que esta seja posta ao serviço dos que verdadeiramente nela trabalham, e que se possa contribuir para a elevação da comunidade — começou por afirmar, acrescentando:

No domínio da reestruturação fundiária, e dentro das grandes linhas do ideário de uma social democracia, a criação de uma lei do arrendamento assume importância relevante —

— Foi promulgado um estatuto de arrendamento que assegura estabilidade pela garantia de uma duração mínima razoável, fixação de uma venda justa, a indemnização adequada pelas benfeitorias efectuadas e a proibição efectiva do sub-arrendamento. Mais adiante afirmou:

Os circuitos comerciais deverão ser alterados de forma a que sejam os próprios agricultores, através das cooperativas, a deter o domínio desses mesmos circuitos, eliminando as estruturas intermédias parasitárias e maximizando o rendimento justo da produção.

Por outro lado — prosseguiu — também os agricultores, através das suas associações, têm o direito de controlar a industrialização dos produtos agrícolas.

A industrialização deverá ser subordinada a uma óptica de

desenvolvimento regional e deverá assumir um carácter o mais integrado possível de modo a procurar garantir a recuperação e um maior aproveitamento de subprodutos.

Deste tipo de actuação — concluiu — resultará uma ocupação mais regular e constante da mão-de-obra e um aproveitamento máximo das infraestruturas industriais. Referindo-se ainda à modificação do sector agrário salientou: Esta deverá compreender também o estabelecimento de um esquema dinâmico e eficaz de acções programadas de assistência técnica e financeira às unidades de produção, baseado numa actuação regional integrada dos serviços competentes de assistência técnica e de planeamento económico.

A assistência técnica-sublinhou no final — concebida assim, numa óptica global de um esquema de extensão agrária, deverá ter como ponto de partida um elenco qualificado e totalmente profissionalizado de agentes de extensão fazendo parte de um departamento específico de um organismo integrado de nível regional.

Emídio Guerreiro, orador seguinte, salientou a importância da irradiação do analfabetismo como forma de contribuir para a promoção e libertação das classes trabalhadoras, afirmando depois:

O PPD pretende instaurar um socialismo em liberdade e quer acabar com a exploração do homem pelo homem. Há, para isso, que construir uma sociedade que se baseie na justa distribuição dos bens, na igualdade de oportunidade e de condições concretas para o exercício dos direitos formalmente reconhecidos, e na abolição de todos os privilégios e de todas as barreiras entre as classes. E no final:

O nosso partido declara-se empenhado nas profundas mudanças sociais por que o povo português aspira, mas feitas através de uma via reformista e pacífica.

José Manuel Ramos usou depois da palavra para, numa breve intervenção, se referir a alguns aspectos de democratização económica.

"Para que a todos os cidadãos seja concedida uma igualdade de oportunidades de facto, é necessário nomeadamente, proceder à destruição dos monopólios e privilégios bem como à indexação dos salários com base nas alterações sofridas pelos índices de custo de vida.

Também a reformulação do sistema de impostos — prosseguiu — assume notável importância na correcção das desigualdades sociais. Preconizamos a criação de um imposto progressivo a incidir sobre o rendimento ou seja o produto do trabalho, sobre a fortuna ou bens pessoais, e um outro que vise a sucessão ou transmissão de bens.

O último orador desta sessão — Carlos Macedo — começou por tecer algumas considerações de carácter político, declarando: O nosso conceito de socialismo assenta em dois pontos fundamentais — a descentralização e a regionalização, através da qual as comunidades locais poderão participar viva e directamente na resolução dos seus próprios problemas, e a gestão económica pela qual os produtores de riqueza poderão deliberar sobre o caminho económico e as metas a atingir.

A instauração de uma democracia política progressista e estável será o garante para a consolidação da democracia económica e social e defender-nos-á também, de eventuais formas totalitárias.

Passando depois à análise dos

problemas relacionados com a Saúde o orador afirmou: A Saúde é um dos parâmetros fundamentais através do qual é possível verificar se uma sociedade é evoluída e progressista, e consequentemente a política de Saúde é o reflexo das próprias estruturas sócio-económicas.

Depois acrescentou: Para que a política da Saúde se possa concretizar é preciso que em primeiro lugar se eliminem e resolvam certos condicionamentos relativos ao meio ambiente tais como a construção de uma habitação digna, de um sistema de esgotos, e criação de instalações de água e electricidade.

É ao Estado, que competirá a responsabilidade da promulgação das leis que criem um Serviço Nacional de Saúde integrado, de forma que todos os Portugueses sem distinção tenham o tratamento que merecem como seres humanos.

Neste Serviço Nacional de Saúde deverão criar-se estruturas que assegurem o predomínio da medicina preventiva sobre a medicina curativa. A medicina preventiva — acentuou — quer no campo da assistência materno-infantil, quer da Saúde escolar ou da medicina no trabalho, tem que ser uma realidade prioritária entre nós.

A medicina curativa só será posta ao Serviço da generalidade da população se acompanhada de uma acção que vise a descentralização, dinamização e regionalização da rede nacional hospitalar e dos centros de Saúde.

No final referiu-se à indústria farmacêutica, afirmando: Impõe-se a racionalização dos produtos farmacêuticos, a baixa do seu custo através do controle da sua comercialização e da sua distribuição. Deste modo será possível quebrar os preços exagerados e permitir através do Serviço Nacional de Saúde a assistência medicamentosa gratuita para todos os Portugueses.

O P. P. D. NÃO PÁRA

HOJE dia 17 — LISBOA (Sede do P. P. D., Largo do Rato); TORRÃO; LORIGA (Sela) e LEIRIA (Sede do P. P. D.)

Dia 18 — RIBA FRIA (Alenquer)

Dia 19 — MADEIRA

Dia 20 — MADEIRA; ELVAS E SANTARÉM (Sede do P. P. D.)

Dia 21 — MADEIRA; VISEU (Comício); PENALVA DO CASTELO; CHAMUSCA; MONTEFORTE DA BEIRA (Castelo Branco); S. DOMINGOS DE CARMÕES (Torres Vedras); ESCALOS DE BAIXO (Castelo Branco)

Dia 22 — S. FRANCISCO SERRA (Santiago do Cacém); VILAR (Cadaval) e MORTÁGUA (Viseu)